

A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional*

Denise Cogo**

Resumo

Análise da Comunicação cidadã como processo de criação de espaços comunicativos transnacionais que resultam da articulação de três outros processos de mudança social que aparecem associados ao fenômeno da globalização: as possibilidades de experimentação abertas pelas tecnologias da Comunicação, a intensificação das redes sociais e o incremento dos movimentos migratórios transnacionais. Tomamos as práticas comunicativas das migrações transnacionais como exemplo para refletir sobre como os exercícios da Comunicação cidadã vão se definindo por modos específicos de interações transnacionais dos migrantes com as tecnologias da Comunicação desde a perspectiva tanto do consumo individual como da ação solidária em nível coletivo.

Palavras-chave: Comunicação. Cidadania. Transnacionalismo. Redes sociais. Migrações.

Citizen communication in the transnational noose

Abstract

Analysis of citizenry communication as a process of creating transnational communicative spaces, resulting in the articulation of another three social change processes seemingly associated with the globalization phenomenon: namely the experimental possibilities opened by communication technology, the intensifica-

* Versão deste texto foi apresentado no NP Comunicação para a Cidadania durante o VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento integrante do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Natal (RN), em setembro de 2008. As reflexões reunidas aqui integram projeto de pesquisa Mídias e migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde a instância midiática como lugar de configuração da cidadania dos migrantes, desenvolvido com o apoio do CNPq, CAPES e Unisinos.

** Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Professora Doutora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos – RS, Pesquisadora Produtividade do CNPq. Co-coordenou entre 2004-2008 o Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha desenvolvido com a participação de pesquisadores da Unisinos e UAB. São Leopoldo, RS. E-mail denisecogo@uol.com.br.

tion of social networks and the increased transnational migratory movement. We used transnational migration communication practice as our example in order to reflect on how citizenry communication practices are moulded by specific kinds of transnational migratory interaction with communication technology - from its perspective through to individual consumption such as group solidarity. **Key words:** Communication. Citizenship. Trans-nationalism. Social networks. Migrations

La Comunicación ciudadana bajo el enfoque de lo transnacional Resumen

Análisis de la comunicación ciudadana como proceso de creación de espacios comunicativos transnacionales que resultan de la articulación de tres otros procesos de cambio social que aparecen asociados al fenómeno de la globalización: las posibilidades de experimentación abiertas por las tecnologías de la comunicación, la intensificación de las redes sociales y el incremento de los movimientos migratorios transnacionales. Tomamos las prácticas comunicativas de las migraciones transnacionales como ejemplo para reflexionar sobre cómo los ejercicios de la comunicación ciudadana van definiéndose por modos específicos de interacciones transnacionales de los migrantes con las tecnologías de la comunicación desde la perspectiva tanto del consumo individual como de la acción solidaria a nivel colectivo.

Palabras clave: Comunicación. Ciudadanía. Transnacionalismo. Redes sociales. Migraciones.

Introdução

Este texto tem como objetivo propor um debate sobre a Comunicação cidadã que resulta das possibilidades que adquiriram indivíduos, grupos e movimentos sociais de construção e inserção transnacionais de práticas de Comunicação visando a diferentes agendas de transformação social e/ou de democratização dos processos de Comunicação. A criação do que denominamos de espaços comunicacionais transnacionais para o exercício da cidadania, por meio da apropriação e usos das tecnologias da Comunicação, está articulada a três processos de mudança social que aparecem associados ao fenômeno da chamada globalização: as possibilidades de experimentação abertas pelas tecnologias da Comunicação, a intensificação das redes sociais e o incremento dos movimentos migratórios transnacionais.

Processos de mudança e Comunicação cidadã transnacional

Um primeiro processo de mudança social está relacionado às possibilidades de experimentação abertas pelo desenvolvimento das tecnologias da Comunicação como espaços relevantes de construção e circulação de imaginários e de agendas relacionados às disputas de cidadania nos âmbitos socioeconômico, político e cultural.

Essas experimentações¹ têm favorecido a ascensão de micropolíticas de empoderamento dos sujeitos para além do âmbito dos estados-nação, propiciando modos de apropriação e gestão comunicacionais que se caracterizam, de modo crescente, por serem difusos, descentralizados, efêmeros e multidimensionais.

Um segundo processo situa-se na intensificação das redes sociais como modalidade de relacionamento e mobilização das sociedades contemporâneas que comportam dimensões inventivas e solidarísticas e implicam em um tipo de circunscrição que extrapola as dinâmicas locais e nacionais, ainda que estejam a elas relacionada.

Os intercâmbios solidarísticos, mais do que as formas de organização coletivas centralizadas é o que caracteriza o que a pesquisadora Ilse Scherer-Warren denomina de “redes de comunidades virtuais identitárias” quando busca distinguir os movimentos sociais contemporâneos como redes sociais complexas. No marco dessas redes, segundo assinala autora, os atores coletivos constroem suas identidades, em um processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, resoluções de conflitos e de resistência aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização. “O que vêm implicando num sentimento coletivo sobre as dificuldades, desafios e possibilidades de realizar política e emocionalmente sua condição de sujeito [...]” (SCHERER-WARREN, 2006, p.6).

¹ A opção pelo termo “experimentação” têm por objetivo dar ênfase ao caráter relativamente aberto e de (re) invenção das tecnologias a partir de sua apropriação por sujeitos sociais, segundo aparece explorado em alguns estudos de Comunicação e cidadania realizados nas últimas décadas. Não é nossa intenção emitir juízos de valor ou estabelecer termos comparativos sobre a qualidade técnica ou a capacidade de incidência dessas tecnologias na vida social em relação a determinados modos hegemônicos ou instituídos de usos tecnológicos.

Nessa perspectiva, as redes vêm se constituindo, em muitos casos, em movimentos de contraposição às lógicas de exclusão cidadã instauradas no marco da atual ordem econômica e política global, sem que se constituam, evidentemente, em instâncias desprovidas de assimetrias e hierarquizações nas quais se desenvolvem práticas comunicacionais que visam à autonomia da sociedade.

Um terceiro e último processo diz respeito ao incremento dos movimentos migratórios em âmbito internacional² que vêm colaborando para a intensificação e aprofundamento dos contatos, intercâmbios e conflitos culturais, assim como para a emergência de outras duas importantes modalidades de cidadania na agenda social da contemporaneidade: a intercultural e a cosmopolita.

A diversidade cultural, constituída pelo amplo espectro de subjetividades dos migrantes que compõe esses movimentos, aprofunda a tensão de uma globalização vivenciada como ponto de intersecção entre a liberdade do sujeito e a ação de barreiras e limites impostos a essa liberdade por instituições e tecnologias de poder. Na síntese sugerida por Mezzadra (2005, p.45), a figura do migrante concentraria em si “um conjunto de contradições que dizem respeito estruturalmente à liberdade de movimento celebrada como um dos pilares da civilização ocidental moderna”. Já no final dos anos 90, em sintonia com essa perspectiva, García Canclini (1999) constatava a vantagem que levava a tarefa de fazer investimentos econômicos sobre a de se tornar cidadão em um país estrangeiro para nos alertar sobre o protagonismo reservado ao controle e regulação das migrações na constituição dos projetos de integração regional, como os da União Européia e Mercosul.

Observamos, seguindo as reflexões de Scherer-Warren, o quanto essa tensão mobilidade-controle vem colaborando para que as migrações assumam uma perspectiva solidarística que não parece corresponder à clássica definição de movimentos sociais. As iniciativas dos migrantes de mobilizações em rede sugerem o

² Estimativas de 2005 calculam que cerca de 200 milhões de pessoas ou 2,8% da população mundial, era constituída, por migrantes (WENDEM, 2005). Vale lembrar, contudo, que as estatísticas não refletem suficientemente a presença das chamadas migrações clandestinas ou não regularizadas.

quanto podem se definir no marco do que a pesquisadora conceitua como “um amplo conjunto de práticas sociais dispersas, com autonomia entre si, com agendas e projetos próprios, mais abertos a parcerias, intercâmbios e cooperações com sujeitos e associações congêneres, ou receptivas a mobilizações em decorrência de uma afinidade ética ou política” (SCHERER-WARREN, 2006, p.6).

Assumimos, portanto, a inter-relação entre esses três eixos – tecnologias da Comunicação, redes sociais e movimentos migratórios - como ponto de partida para propor um itinerário de entendimento da dimensão transnacional que conformam as estratégias de Comunicação cidadã na contemporaneidade e pensar as possibilidades de sua incorporação ao pensamento comunicacional orientado às reflexões sobre Comunicação, cidadania e movimentos sociais.

Desde uma perspectiva da historicidade da Comunicação alternativa e popular³, entendemos que esse caráter transnacional da Comunicação cidadã já é tecido com certa organicidade, nos anos 1980 e 1990. Podemos identificá-lo, por exemplo, no marco de certas interconexões entre projetos alternativos e comunitários de Comunicação desenvolvidos em distintos países latino-americanos⁴ ou, ainda, por meio de circuitos inter-regionais (América Latina-Europa) de obtenção de financiamento para esses projetos⁵.

O que buscamos identificar, nas reflexões aqui propostas, são as especificidades que podem assumir, na atualidade, essas práticas de Comunicação cidadã transnacionais, tomando como exemplo o seu exercício no contexto das migrações internacionais no que se refere às atuais dinâmicas de gestão, produção e circulação de tecnologias da Comunicação.

³ Um debate sobre a Comunicação alternativa e popular e suas relações com os processos de cidadania pode ser encontrado em COGO (2005).

⁴ São exemplos, a formação de comunicadores de diferentes países latino-americanos em cursos de formação como o do CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina), sediado, em Quito, no Equador ou, ainda, o intercâmbio de capacitadores em Comunicação popular, como aqueles pertencentes à ALER (Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica) que, procedentes do Peru, ministravam oficinas em rádios comunitárias para lideranças locais e regionais de outros países, como o Brasil.

⁵ Exemplo são os recursos oriundos de organismos vinculados à Igreja Católica, como o Adveniat, da Alemanha, para implementação e desenvolvimento de projetos e centros de Comunicação popular por movimentos sociais na América Latina.

Para construir esse itinerário, em um primeiro momento, nos dedicamos a situar nossa compreensão acerca dos conceitos de cidadania e Comunicação cidadã, de transnacionalismo e redes sociais, para, na seqüência, propormos reflexões sobre as experiências e práticas de Comunicação cidadã transnacional que derivam das apropriações e usos específicos que fazem os migrantes das tecnologias da Comunicação⁶.

A tessitura desse itinerário de análise implica no reconhecimento, e nos riscos nele contido, da necessidade de relativização do chamado nacionalismo metodológico que vem marcando a produção científica em ciências humanas. Embora o nacional se mantenha ainda como uma dimensão conformadora de imaginários e práticas de nossa sociedade, o incremento dos processos transnacionais de interdependência que conforma a vida social constitui uma realidade que resulta da própria expansão das tecnologias da Comunicação nas últimas décadas. Quando verificamos que os processos sociais se desenrolam, de modo crescente, para além ou na intersecção das fronteiras nacionais, se torna insuficiente seguirmos postulando a produção de um conhecimento científico que se geste unicamente desde a circunscrição a um território geográfico e simbólico delimitado – como o dos estados-nação – mesmo que reconheçamos a heterogeneidade local e regional que os constitui. Compartilhamos, assim, da preocupação de Ulrich Beck quando nos instiga ao cosmopolitismo metodológico como alternativa para que se possa produzir conhecimento a partir de um olhar que contemple a intersecção dos diferentes territórios materiais e simbólicos que conformam a experiência humana. Conforme assinala o autor, nos faz falta “uma perspectiva cosmopolita enfocada na simultaneidade e inter-relação de condicionamentos, influxos de desenvolvimentos nacionais e internacionais, locais e globais” (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2008, p.10-11),

⁶ Essas reflexões são elaboradas a partir de resultados parciais e finais de pesquisas desenvolvidas sobre mídia, migrações transnacionais e cidadania. Ver COGO (2006). COGO; LORITE, (2007) e COGO, GUTIERREZ, HUERTAS BAILÉN, (2008).

Cidadania, Comunicação cidadã e perspectiva transnacional: incursões conceituais

Entre os anos 1970 e 1990, a terminologia Comunicação cidadã foi escassamente utilizada para nomear a Comunicação alternativa e popular tanto no âmbito dos movimentos sociais que a praticavam quanto no contexto do pensamento comunicacional que tratava de analisá-la como objeto de pesquisa científica⁷. Os estudos acumulados permitem afirmar, contudo, que, pelo menos no contexto latino-americano, essas práticas se mobilizavam em torno de ideais cidadãos de democratização dos processos e meios de Comunicação e de transformação social, tendo se desenvolvido através da combinação de perspectivas locais (das cidades, dos bairros, etc.) e nacionais (dos países latino-americanos) e, em certa medida, conforme referimos anteriormente, já também transnacionais (na esfera da América Latina).

A cidadania já se constituía, portanto, em uma “questão comunicacional” para setores da sociedade civil tendo em vista que suas práticas de Comunicação buscavam se orientar pelo deslocamento do modelo instrumental e difusionista para privilegiarem as inter-relações entre os pólos da produção e da recepção comunicacional e a Comunicação como processo. Ampliar os espaços de intervenção social em instâncias micro e macro das políticas e práticas de Comunicação converte-se, para os movimentos sociais, em agenda de luta por uma cidadania que aparece orientada a uma maior igualdade no acesso e distribuição dos recursos comunicacionais e mediáticos no contexto latino-americano. Essa dimensão inclusiva que define a Comunicação cidadã se evidencia, ainda, quando setores e movimentos sociais organizados buscam inserir suas estratégias mediáticas em projetos político-pedagógicos mais amplos que contribuam para a democratização da vida social em diferentes esferas econômica e sociopolítica.

Mais recentemente, a elasticidade do termo cidadania revelada por um tempo em que a empresa, os governos, a mídia, a

⁷ Muitas vezes, a cidadania era mais um termo empregado para nomear as experiências de Comunicação dos setores populares denominadas, dentre outros, como alternativa, popular, comunitária, local, dialógica, horizontal.

educação, a cultura, o consumo, o jovem, o motorista, se propõem a serem cidadãos, aponta para um reordenamento na lógica dialética – inclusão e exclusão – e ao mesmo tempo a ascensão de uma perspectiva multidimensional (civil, política, econômica, cultural, global, etc.) na conformação empírico-conceitual da cidadania, como resultado de práticas heterogêneas e esparsas, e nem sempre conciliáveis, que a conformam nas sociedades contemporâneas.

Essa profusão de projetos e práticas sociais que se pretendem cidadãos não permitem afirmar, contudo, a necessária materialização de processos de inclusão, evidenciando, na realidade, o difícil percurso histórico de superabilidade dos processos de exclusão nas sociedades contemporâneas. Desde essa ótica, é possível entender também a multidimensionalidade que passa a assumir a cidadania para diferentes setores sociais, incluindo no âmbito daquelas demandas relacionadas à Comunicação. A própria emergência recente, no espaço público e mediático, de outras modalidades de cidadania – como a intercultural e a cosmopolita – sugerem esse reordenamento na percepção da cidadania como fruto da anterior insuficiência inclusiva de experiências relacionadas às cidadanias civil, política, social e econômica que aparecem circunscritas aos princípios ordenadores dos estados-nação.

Cabe assinalar, ainda, as repercussões, para os projetos de Comunicação cidadã, de uma cidadania que, nas últimas décadas, passou a se decidir cada vez menos por demandas agregáveis em instâncias como os grandes sindicatos, os partidos políticos ou os movimentos sociais clássicos e cada vez mais em espaços e temas relacionadas à vida cotidiana e ao mundo simbólico. Referimo-nos ao que Hopenhayn (2002) postula como a não subordinação de espaços pontuais às grandes categorias políticas, sem perder de vista que as mesmas políticas de descentralização que possibilitam a aproximação das pessoas por meio de recursos concretos da vida cotidiana implicam igualmente no risco de desmobilização e diluição da cidadania agregada com lutas e movimentos específicos.

Desde cenário, a dispersão na produção de sentidos e na interação dos sujeitos torna compreensível, em grande medida, o que nos interessa discutir aqui em termos de deslocamento do sentido

de pertença ao estado-nação e das possibilidades abertas pelos usos das tecnologias da Comunicação na geração desses outros modos de vivenciar a cidadania desde uma perspectiva transnacional. Como assinala Hopenhayn (2002, p.9), a ideia republicana de cidadania reaparece, “mas não no horizonte da participação política ou dos grandes projetos de sociedade, senão em uma grande variedade de práticas de *low profile*, sejam associativas ou comunicativas, que não necessariamente concorrem no público estatal”.

Se, conforme esse mesmo autor, a diversificação e fragmentação aparecem como as duas caras da mesma moeda da cidadania descentrada, parece produtivo reafirmar igualmente a percepção que nos orienta de que a cidadania, e também a Comunicação cidadã, se constituem como experiências em que o jurídico e o institucional se combinam com a vivência de práticas cotidianas constituídas por dinâmicas que implicam em movimento e ação de sujeitos individuais e coletivos. Cabe-nos acolher, igualmente, a ideia de cidadania ativa que coloca em relação Estado e sociedade na disputa e negociação de recursos e direitos, nos deslocando da percepção de uma cidadania atribuída e distribuída pelos Estados para nos situarmos em uma ótica relacional que vêm colaborando para reordenar as próprias políticas públicas e estatais de cidadania. (CASTRO, 2005). A partir de suas diferentes modalidades e expressões, observamos, ainda, que as demandas de cidadania das sociedades contemporâneas nem sempre se desenvolvem como uma petição de integração total, mas associam universalismos e particularismos jurídicos e identitários, dimensões sociopolíticas individuais e coletivas, se constituindo, muitas vezes, como parciais, fragmentadas e ambivalentes. (MEZZADRA, 2005);

Como exemplo, podemos lembrar que, na esfera de lutas pela cidadania transnacional, a negação de subjetividade jurídica que resultam de muita das chamadas políticas de regularização migratória, em diferentes países, não têm sido necessariamente vivenciadas pelos sujeitos migrantes como ausência de subjetividade política. Ao contrário, a carência de cidadania jurídica se torna, em alguns casos, propulsora de agenciamento político e de ações cidadãs ligadas à solidariedade e às identidades coletivas. Os movimentos dos

chamados *sem papéi*⁸ em países europeus, como França e Espanha, têm sido representativos da articulação de uma cidadania ativa em favor da denominada cidadania cosmopolita em que o vivido e o jurídico se combinam. Na defesa de uma cidadania cosmopolita, os migrantes travam disputas em favor da universalização de uma cidadania social que se pauta pela criação de princípios universais capazes de regerem a diversidade presente no espaço público para além da exclusividade de pertencimentos locais, regionais e nacionais (HELD, 2005; CORTINA, 2005; SUÁREZ-NAVAS, PAREJA MACIÁ, MORENO GARCÍA, 2007)⁹.

Por outra perspectiva, no âmbito ou fora do contexto das migrações, a obtenção de cidadã jurídica não tem sido assumida como equivalente ou mesmo requisito suficiente para a conquista, dentre outras, da chamada cidadania intercultural, como aquela passível de ser construída a partir de um diálogo capaz de produzir um “lugar” ou uma “ética” que permita a combinação multidimensional entre aspectos mais ou menos universais e/ou particulares das identidades culturais. Ou seja, que aponte para o exercício de uma cidadania que não se vincule unicamente à satisfação dos direitos que levam à igualdade, mas também àqueles que se reportam à diferença como componentes da democracia (CORTINA, 2005; SOUSA, 2006; ESEVERRI MAYER, 2007).

Desde a cidadania intercultural, percebemos, ainda, que especialmente a Comunicação mediática vem se revelando, para as redes de migrantes, como um espaço estratégico de cidadania para a constituição de outras memórias transnacionais das migrações contemporâneas mais recentes que não aquelas fixadas por discursos mediáticos hegemônicos. Na construção desses espaços, vêm sendo produzidos contradiscursos que as redes migratórias

⁸ Ciente das disputas de poder que cercam o uso de terminologias relacionadas à condição de cidadania jurídica dos migrantes, optamos pela utilização de *sem papéis* em consonância com seu emprego pelas próprias redes e movimentos migratórios em nível transnacional e também por alguns pesquisadores que se dedicam ao estudo desses movimentos em distintos países.

⁹ Desde essa perspectiva, nenhum migrante seria, por exemplo, considerado “ilegal”, “irregular” ou “clandestino” fora de seu país de origem e não enfrentaria restrições jurídicas ao acesso a trabalho, educação, saúde etc., em diferentes contextos nacionais.

se empenham em deslocar imaginários como o da idealização do europeu em detrimento do latino-americano que marcam o agendamento das migrações por meios de Comunicação em diferentes contextos nacionais¹⁰. Trata-se de contradiscursos em torno dos quais as redes migratórias se movem igualmente pela desestabilização daqueles discursos mediáticos que, a partir de contextos nacionais de produção, circulam transnacionalmente para afirmar a associação das migrações à delinqüência, conflito e pobreza¹¹. Na Espanha, temos como exemplo de um imaginário criminalizador das migrações, a reiteração mediática de imagens da chegada “clandestina” de migrantes africanos em embarcações denominadas *pateras* ou *cayucos*¹². No Brasil, podemos remeter à cobertura dada pela mídia de massa a incidentes envolvendo a “ilegalidade” ou criminalidade de brasileiros no exterior.

A repercussão pública desses imaginários nos processos de cidadania dos migrantes pode ser refletida a partir do que alguns pesquisadores vêm designando como “colonização da memória pela mídia”, ao definirem a preponderância da penetração dos meios de Comunicação nas dinâmicas de rememoração de indivíduos e coletividades em substituição às suas vivências testemunhais e relatos de participação direta na vida social (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p.90)¹³. São sugestivas, nesse sentido, as lembranças da chegada de migrantes em *pateras* e *cayucos* ao sul da Espanha, evocadas majoritariamente, em Barcelona, por migrantes latino-americanos e europeus que não foram testemunhos oculares

¹⁰ Diferentes análises sobre isso podem ser encontradas em COGO (2006) e COGO; GUTIERREZ; HUERTAS BAILÉN (2008).

¹¹ Cabe mencionar a ampliação da abrangência e da velocidade de circulação desses discursos como consequência da incorporação, às rotinas de produção mediática, de recursos das tecnologias da Comunicação, como a Internet.

¹² *Pateras* são pequenas embarcações que transportam migrantes desde países africanos, como Marrocos, para a costa da Espanha, amplamente focalizadas na cobertura sobre as migrações pelos meios de Comunicação espanhóis nos últimos anos. A partir de 2006, embarcações com maior capacidade, os *cayucos*, se tornam foco do mesmo tipo de agendamento ao serem usados no transporte de migrantes oriundos de países da África Subsaariana, como Senegal e Mauritânia.

¹³ Ressalvando que o reconhecimento da incidência da mídia na memória social não nos vincula a uma perspectiva determinista de subordinação da sociedade às tecnologias.

desses episódios ou tiveram contato com algum migrante que o tenha protagonizado.¹⁴

Nessa perspectiva, os contradiscursos midiáticos enunciados desde o campo das migrações parecem convergir, ainda, para a instauração de processos de resistência a uma identidade homogênea do migrante em favor da visibilidade do universo das migrações a partir de matizes não criminalizadores e fatalistas. A ênfase em uma cidadania vivida relacionada ao cotidiano e à diversidade cultural migratória ou ao caráter propositivo e empreendedorista da presença dos migrantes têm sido estratégias de visibilidade pública adotadas por esses contradiscursos midiáticos derivados das apropriações que os movimentos migratórios fazem, na atualidade, das tecnologias da Comunicação em âmbito transnacional¹⁵.

Na construção desses espaços estratégicos de visibilidade midiática, os migrantes exercitam, em rede, dinâmicas de usos das tecnologias que atribuem contornos específicos à Comunicação cidadã, quando entendida como exercício de participação pública em processos comunicativos que opera como campo de relação não apenas frente ao Estado, mas a todas as demais instituições e grupos sociais, conforme nos propõe a síntese de Mata (2006). Sem perder de vista que esse exercício é permeado por disputas políticas que envolvem os campos interno e externo às migrações, nos interessa a reflexão específica sobre como o

¹⁴ Referimo-nos aqui às entrevistas com 140 migrantes latino-americanos e europeus, realizadas, entre 2005 e 2007, em Porto Alegre e Barcelona, para uma pesquisa sobre recepção midiática e migrações transnacional desenvolvida no marco do Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha (2004-2008). A pesquisa foi realizada por professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e do Departamento de Comunicación Audiovisual y Publicidad da Universidad Autonoma de Barcelona (UAB). O projeto foi financiado pela Capes – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Brasil) - e Ministério de Educação e Ciência (Espanha). Os resultados da pesquisa estão reunidos em COGO; GUTIERREZ; HUERTAS BAILÉN (2008).

¹⁵ Embora muitas dessas experiências midiáticas que propõem outras representações das migrações possam estar ancoradas em um modelo de Comunicação mais centrado no conteúdo e nos efeitos que no processo, não se preocupando em privilegiar necessariamente, em suas dinâmicas de gestão e produção, modelos comunicacionais pouco horizontalizados.

transnacional vai se afirmando como dimensão da Comunicação cidadã no contexto dos movimentos migratórios

Em recente intervenção acadêmica sobre pesquisa em políticas de Comunicação e cultura, o pesquisador Jesus Martín Barbero (2008) defendeu a Comunicação cidadã como terminologia mais apropriada para nomear a tessitura cada vez mais densa e interconectada de redes de meios comunitários. Embora possam se situar e produzir desde o local, essas mídias comunitárias, conforme se preocupou em enfatizar o autor, vêm buscando, de modo crescente, abranger outras esferas e intervir em distintos âmbitos, como o regional e o nacional, ancorados em projetos e agendas mais amplos como as dos conflitos políticos ou das questões socioambientais¹⁶.

Sem mencionar diretamente os processos de transnacionalização, Martín-Barbero se ocupou em refletir sobre práticas que, desde o cruzamento entre Comunicação e cultura, apontam para o transnacional como experiência preponderante nos processos de gestão e produção no campo das tecnologias da Comunicação que visam à intervenção em diferentes cenários (locais, regionais, nacionais, internacionais, etc.). Como exemplo, remeteu à música produzida, de modo cooperativo, em diferentes pontos da América Latina por meio de usos da Internet ou, ainda, à iniciativa de artistas que renunciam à qualidade técnica (resolução) das imagens de suas obras na Internet a fim facilitar o acesso e intervenção dos públicos pela “impressão” de suas marcas nas obras. (MARTÍN-BARBERO, 2008).

No esforço de compreensão dessa Comunicação cidadã, Martín Barbero postulou, ainda, para as pesquisas de recepção latino-americanas, o deslocamento da ênfase no consumo ou na leitura dos meios para uma ênfase nas apropriações que fazem os receptores, para a análise dos processos de *empoderamento* ou do que poderíamos denominar igualmente de *políticas do sujeito*, gestados dessas experimentações com as tecnologias da Comunicação.

¹⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Claves de la investigación en las políticas de la comunicación y la cultura*. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008. (Anotação do taller doctoral ministrado pelo autor, em 8 de maio de 2008, na Fundación CIDOB).

Em convergência com essa perspectiva dos estudos comunicacionais latino-americanos, porém no âmbito mais amplo das ciências humanas, a ótica do transnacional vem aludindo de maneira geral a processo e práticas sociais, econômicas, políticas e culturais que estão configuradas pela lógica de mais de um estado-nação e que se caracterizam pelo cruzamento constante de suas fronteiras. Interessa-nos especificamente o resgate que, desde a sociologia das migrações, é proposto por Suarez Navas (2008) sobre a noção de transnacional, por nos permitir distinguir a Comunicação como uma das principais dimensões presentes nas duas grandes perspectivas de abordagem teórica dos fenômenos transnacionais.

Uma primeira perspectiva está ancorada nos estudos culturais e nas vertentes do pós-colonialismo e pós-modernidade. Ao mesmo tempo em que essa vertente reconhece a herança do caráter colonial dos processos de interconexão culturais, se preocupa em atribuir um caráter de novidade a essas conexões como resultado da expansão das chamadas novas tecnologias da Comunicação e dos transportes.

Uma segunda perspectiva está associada à tradição empírica dos estudos migratórios transnacionais, mais especificamente ao interesse em focar as migrações a partir das redes como espaço de relações sociais de caráter fronteiriço e da construção de comunidades desterritorializadas. As fronteiras são concebidas, desde essa vertente de estudo, como resultados da combinação de fluidez e porosidade com efeitos disciplinadores, sancionadores e transformadores. Suárez-Navas (2008, p.60) retoma argumentos de teóricos dessa segunda perspectiva do transnacionalismo para sustentar que “há indícios empíricos suficientes para suspeitar que os migrantes estão adotando uma “nueva” forma de integração que incorpora *simultaneamente* os países de origem e destino (e/ou todos aqueles que formem a rede migratória transnacional) (SUÁREZ-NAVAS, 2008, p.60).

A tessitura em redes ou as conexões, tão antigas quanto os próprios movimentos migratórios, não é, entretanto, o que reveste de outros contornos o fenômeno transnacional das migrações, conforme sugere também essa segunda perspectiva teórica do transnacional. São as transformações atuais nas comunicações e

nos transportes que fomentam uma magnitude e densidade dessas redes e conexões transnacionais, de acordo como o que vêm apontando pesquisas que, desde diferentes áreas, se dedicam ao estudo das relações entre migrações e tecnologias da Comunicação¹⁷.

O que não pressupõe nossa adesão ao determinismo tecnológico, mas, ao contrário, o reconhecimento da existência das tecnologias da Comunicação em condições sociais e históricas concretas e a partir de um caráter essencialmente relacional conformado pela ação dos sujeitos sociais. É esse o ponto de vista que adotamos para incursionarmos, a seguir, nas implicações dos usos das tecnologias nas práticas mediáticas que integram a Comunicação cidadã de caráter transnacional.

Comunicação cidadã transnacional e práticas comunicativas dos migrantes¹⁸

Para um aprofundamento das experiências concretas de Comunicação cidadã das redes de migrantes, consideramos essencial reconhecer, desde uma perspectiva da Comunicação e cultura, que a heterogeneidade das experiências migratórias transnacionais já não possibilita associar a experiência sociocultural das migrações a motivações essencialmente econômicas. Não nos permite, igualmente, conceber as migrações unicamente como movimentos de permanência que assumem um ponto de partida e chegada ou espacialidades fixas e temporalidades estáveis. Tampouco nos possibilita seguir afirmando a viabilidade de modelos cidadãos de integração sociocultural, proposto por Estado e sociedade, que não sejam plurais ou articulem diferentes aspectos dessas subjetividades dos migrantes.

¹⁷ Além dos estudos que realizamos, mencionados anteriormente, essa perspectiva dos usos das tecnologias da Comunicação pelos migrantes se destacam em outras duas pesquisas de autoria de PEÑARANDA CÓLERA (2008) e HUERTAS VARELA (2008).

¹⁸ As reflexões desenvolvidas nesse item são elaboradas com base nos resultados empíricos de pesquisas que viemos desenvolvendo, nos últimos anos, sobre mídias, migrações transnacionais e cidadania. Detalhamento sobre essas pesquisas, podem ser encontrados em COGO (2006), COGO, LORITE (2007); GUTIERREZ; HUERTAS BAILÉN (2008).

Isso não implica em nos conduzirmos pelo apagamento das causas “objetivas” e circunstâncias materiais ou dos processos de dominação e desigualdade implicados nas dinâmicas de deslocamentos e hibridizações culturais que resultam do exercício da subjetividade dos migrantes. Ou seja, não postulamos absolutamente um simples e livre cruzar nômade de fronteiras, culturas e identidades como definidora das migrações (MEZZADRA, 1995, p.47)¹⁹. Apenas reivindicamos um modo de compreender as experiências migratórias que se torna útil para entender as práticas comunicativas das migrações em rede desde uma perspectiva interacional da Comunicação como cultura.

Os relatos dos migrantes em Barcelona e Porto Alegre nos possibilitam perceber os distintos desejos e motivações (econômicas, políticas, profissionais, familiares, afetivas etc.) que mobilizam sujeitos nascidos em diferentes contextos nacionais no empreendimento de projetos migratórios²⁰. Constatamos que uma pluralidade de modos de concretizar e vivenciar esses projetos conformam o universo dos migrantes em relação às negociações culturais e processos de integração estabelecidas entre as culturas de origem, de trânsito ou destino, configurando, sobretudo, dinâmicas singulares de experimentação de tecnologias de Comunicação por parte das migrações.

Assim, os dados coletados em nossas pesquisas permitem, portanto, a imersão nas relações entre tecnologias e movimentos migratórios contemporâneos como lugares de agenciamento social e construção cotidiana de interações comunicacionais. O que nos permite compreender como se gestam espaços relacionais de Comunicação cidadã que podem assumir um caráter transnacional a partir de duas instâncias específicas desde as quais podemos observá-los empiricamente.

¹⁹ Alinha-se a isso a nossa própria opção pelo termo migração (migrante) e não imigração (imigrante) para nomear as experiências socioculturais analisadas nesse texto por nos permitir enfatizar a dimensão de movimento, trânsito e fluidez em múltiplas direções, como diferentes temporalidades e motivados por distintos motivos e projetos.

²⁰ Um total de 17 países latino-americanos e europeus que integraram um projeto de pesquisa internacional referido na nota de rodapé 16. Os resultados estão publicados em COGO; GUTIERREZ; HUERTAS BAILÉN (2008).

Uma primeira instância diz respeito aos usos cotidianos das tecnologias da Comunicação que fazem os migrantes como cidadãos inseridos em redes sociais, especialmente de familiares e de amigos, mas também de outros migrantes, para a implementação de seus projetos migratórios e de vida nos territórios simbólicos de intersecção entre as culturas do país de nascimento e dos lugares de trânsito e instalação.

Uma segunda instância, que não exclui, mas está inter-relacionada a essa primeira, faz alusão ao migrante como sujeito que se agrega, também em redes, a outros migrantes e não migrantes e mobiliza capacidades solidarísticas para transformar as tecnologias em lugar de (re) criação de ações transnacionais. Muitas dessas ações, que podem ser difusas, efêmeras e descentralizadas, se movem orientadas à construção da Comunicação cidadã, na perspectiva de atribuir, em muitos casos, visibilidade pública a outras cidadanias das migrações contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas às experiências de cidadania cosmopolita e intercultural. É essa segunda instância que passamos a discutir mais detalhadamente no item que segue a partir do levantamento de aspectos empíricos que dizem respeito a essas experiências de Comunicação cidadã transnacional das migrações.

O caráter solidarístico na Comunicação cidadã transnacional dos migrantes

É no marco da heterogeneidade de experiências de Comunicação cidadã no cotidiano das migrações que podemos situar o esforço solidarístico que mobilizam redes de migrantes para a criação e a gestão de uma multiplicidade de espaços comunicacionais e mediáticos próprios que abrangem usos de diferentes tecnologias da Comunicação como jornais, *websites*, *blogs*, programas de rádio e televisão etc.²¹

Trata-se de experiências e projetos transnacionais agenciados por grupos, redes informais e por associações de migrantes por

²¹ Uma relação de mídias produzidas por migrantes e organizações relacionadas a migrações pode ser encontrada no link “mídia de migrantes” na base de dados disponível em www.intermigra.unisinos.br.

meio da apropriação e, muitas vezes, combinação de distintos suportes materiais e formatos mediáticos (impressos, audiovisuais etc.) assim como conteúdos, periodicidade, processos produtivos etc. Por uma perspectiva transnacional, grande parte dos processos de experimentação desencadeados nesses usos se caracteriza por dinâmicas de gestão e produção comunicacionais difusas, dispersas e multilocalizadas, especialmente se os examinamos desde o marco e a ordem dos estados-nação. Por meio deles, as migrações buscam dar visibilidade às questões de cidadania através de um envolvimento e compromisso de sujeitos migrantes e não migrantes localizados em distintos espaços territoriais e simbólicos, que, muitas vezes, não alcançam a extrapolar uma “presença conectada” (via Internet). O próprio pluralismo étnico associado à diversidade das culturas políticas de que são portadores os migrantes que exercem a função de gestores e produtores é outra marca distintiva que demanda a construção de convergências e consensos transnacionais no âmbito das experiências de Comunicação mediática cidadã das migrações.

Os esforços de gestão e produção mediáticas dos migrantes se revelam, ainda, na necessidade de (re) identificação de seus “adversários” ou “negociadores”, frente à crescente multidimensionalidade e localização transnacional que assumem as instâncias decisórias de questões da cidadania das migrações. É o caso dos vários estados e governos nacionais que atuam articulados na definição de políticas migratórias no âmbito da União Européia e/ou do Mercosul.

Os processos de circulação e apropriação pelos públicos dessas ofertas comunicacionais provenientes das migrações se constitui em outra perspectiva transnacional de exercício da Comunicação cidadã que merece nossa reflexão a partir de usos das tecnologias pelas redes de migrantes. As etnicidades seguem sendo construídas e ofertadas como lugares simbólicos de pertencimento em que se ancoram as estratégias midiáticas dos migrantes (jornais, *websites* etc.) tanto no que refere àquelas mídias que se dirigem a nacionalidades específicas (argentinos, brasileiros ou equatorianos) como aquelas que se direcionam a construções relacionadas à integração cultural, como o latino-americano.

Na perspectiva das etnicidades, podemos evidenciar, ainda, a crescente emergência da própria migração como sentido ou posição de pertencimento cultural representadas por aqueles meios que se destinam aos migrantes em geral que vivem em um determinado ou em vários países ou estão dispersos por diferentes lugares. Nesse caso, observa-se um empenho, por parte das redes migratórias, em se constituírem em lugares simbólicos de convergência transnacional das múltiplas e plurais subjetividades migrantes e/ou se converterem em espaços de agregação de causas sociopolíticas e culturais ligadas à cidadania das migrações.

No que se refere aos espaços de circulação e consumo dessas mídias, certos processos de experimentação na gestão e produção mediáticas podem colaborar para a criação de vínculos com os públicos constituídos por migrantes. A distribuição gratuita de jornais em mãos ou em pontos estratégicos de presença migratória; a facilitação do acesso do público (a partir de uma presença conectada ou não) aos produtores para o direcionamento de críticas e sugestões; a circulação de produtores por espaços culturais que possibilitam “ouvir” pessoalmente as sugestões dos seus públicos migrantes; as dinâmicas de produção menos centralizadas e hierarquizadas; as experiências de migração por parte dos próprios produtores, constituem algumas evidências empíricas que se podem extrair dessas experimentações mediáticas levadas a cabo por redes de migrantes. Evidências que merecem ser exploradas do ponto de vista de suas singularidades em termos de usos das tecnologias na perspectiva de distinguir aqueles elementos que atribuem especificidades simbólicas transnacionais à Comunicação cidadã praticada pelas redes de migrantes, localmente desde os bairros e as cidades ou nacionalmente, desde os contextos nacionais.

Dessas experimentações para a criação de vínculos com os públicos, não está ausente, contudo, os riscos de essencializações que sobrepõem o desejo de “falar sobre a migração” e “com os migrantes” em detrimento de um compromisso com dinâmicas interacionais com os públicos que podem comportar, por um lado, maior permanência temporal das mídias e, por outro, processos comunicacionais de gestão e produção participativos horizontais e democráticos. As críticas acerca, ainda, da “guetização” de muitas

dessas práticas e de uma sobredeterminação da etnicidade sobre a capacidade de se comunicar, de modo plural, com a sociedade, e não apenas com os migrantes, em torno da cidadania das migrações é outra questão que nos leva à reflexão crítica sobre os limites e possibilidades do transnacional como dimensão das práticas mediáticas das redes migratórias.

Por uma perspectiva macro, valeria indagar, finalmente, sobre as repercussões do que denominamos de uma economia transnacional das migrações na reprodução e sustentabilidade desses usos tecnológicos que se desdobram em iniciativas solidarísticas das migrações. Muitas das práticas de Comunicação cidadã, como jornais e *websites* se mantêm, por exemplo, com recursos advindos do chamado comércio étnico (bares, restaurantes, casas noturnas, música, agências de turismo etc.), muitas vezes, de pequeno porte, assim como retroalimentam esse comércio atribuindo a ele visibilidade e colaborando para constituir redes voltadas ao seu consumo. Cabe mencionar também a inventividade que comporta a gestão e produção mediáticas voltadas à cidadania dos migrantes pela possibilidade de iniciativas cooperativas transnacionais que visam à sua sustentação. Exemplo são aquelas iniciativas relacionadas a pequenas doações individuais ou à obtenção de recursos obtidos de produções ou projetos artísticos e culturais levadas a cabo simultaneamente nos países de procedência e de imigração.

Por fim, se os recursos da força de trabalho das migrações e o volume significativo de remessas geradas e enviadas aos países de origem²² aparecem reconhecidos publicamente como imprescindíveis a economia mundial, articulando nações de procedência e

²² Segundo as Nações Unidas, as remessas de migrantes somaram US\$ 232 bilhões em 2005 contra os US\$ 102 bilhões de 1995. Um volume de remessas que, conforme estudo realizado pelo Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), aponta para a conversão desses recursos na segunda fonte de financiamento externo para a região, perdendo apenas para o investimento estrangeiro direto. Vale lembrar, ainda, que as cifras divulgadas sobre remessas de migrantes se restringem ao envio de recursos por meio de circuitos formais constituídos por bancos, agências de correio ou pelas grandes agências especializadas como Western Union. Segundo alguns organismos internacionais, se fossem consideradas as transferências informais, através de envios em mãos ou por pessoas de confiança dos migrantes, o valor das remessas poderia se duplicar.

destino dos migrantes (Orozco, 2004, p.76), nos cabe indagar sobre suas incidências na manutenção das políticas comunicacionais orientadas à cidadania das migrações. Esses recursos podem estar se convertendo, portanto, em fontes de produção e manutenção de redes de migrantes, que, ao assumirem um caráter mais ou menos solidarístico e/ou coletivo, vão conformando modos próprios, e ainda pouco estudados, de usos das tecnologias da Comunicação para a atuação de espaços de construção de Comunicação cidadã transnacional.

Referências

- APPIAH, K. A. **Cosmopolitismo: la ética en un mundo de extraños**. Buenos Aires: Katz, 2007.
- BECK, U. **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós, 2005.
- CASTRO, M. G. Estranhamentos e identidades. Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante – representações em textos diversos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte. v. 22, n. 1, p. 5-28, jan.-jun. 2005. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol22_n1_2005/vol22_n1_2005_3artigo_p5a28.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2008.
- CEPAL anuncia forte alta em remessas de imigrantes latino-americanos. 23 fev 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/dinheiro/ul-t91u81056.shtml>> Acesso em: 17 mar. 2004.
- COGO, D., LORITE, N. Ciudadanía mediática, dinamización intercultural mediatizada y diversidad. In: PRATS, E. (org.). **Multiculturalismo y educación para la equidad**. Barcelona: Octaedro, 2007. p. 91-119.
- COGO, D., GUTIERREZ, M.; HUERTAS BAILÉN, A. (Coords). **Medios de comunicación y migraciones transnacionales: relatos desde Barcelona y Porto Alegre**. Madrid: Catarata, 2008.
- COGO, Denise. **Mídias comunitárias: outros cenários e cidadanias**. Agência Ibase: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=71>> Acesso em: 22 de maio de 2008.
- COGO, D. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Brasília: E-Papers/CSEM, 2008.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania, São Paulo: Loyola, 2005.

ESEVERRÍ MAYER, C. La revuelta urbana de los “hijos de inmigrantes” en Francia. **Migraciones internacionales**. 2. pp. 189-200, 2007.

GAINZA, P. Volumen de las remesas: “People move north & money moves south”. **Peripécias**. nº 3, 28 jun. 2006.

GARCIA CANCLINI, N. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 1999.

HELD, D. **Un pacto global**. Madrid: Taurus, 2005.

HOPENHAYN, M. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte. v. 19, n. 2, p. 1-17, jul.-dez 2002. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_3_artigo_p5a18.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural In: MORAES, Denise (org.). **Por uma outra Comunicação**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005, p. 57-88.

MARTIN-BARBERO, J. **Claves de la investigación en las políticas de la comunicación y la cultura**. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008. (Anotação do taller doctoral ministrado pelo autor em 8 de maio de 2008 na Fundación CIDOB).

MATA, M.C. Comunicação y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, jan.-abr. 2006, n. 1. p.5-15.

MEZZADRA, S. **Derecho de fuga**: migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

OROZCO, M. Remesas económicas y migración – cuestiones y perspectivas sobre el desarrollo. Vanguardia Dossier: Los hispanos en Estados Unidos. Barcelona, n. 13, p. 75-81. out.-dez 2004.

PEÑARANDA CÓLERA, M. C. *¿Tecnologías que acercan distancias?.* Sobre los “claroscuros” del estudio de las tecnologías en los procesos migratorios

transnacionales. In: SANTAMARÍA, E. (Ed.). **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**. Barcelona: Anthropos, 2008. p. 133-164.

REUTERS. **Relatório da ONU aponta 191 milhões de imigrantes no mundo**. 06 de junho de 2006. Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/online/mundo/plantao/2006/06/06/284132569.asp>>. Acesso em: 09 jun. 2006

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos em cena.. e as teorias por onde andam?**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp?f_id_artigo=385> Acesso em: 29 jun. 2006. p. 6.

SOUSA, M.W. . Recepção midiática como linguagem de pertencimento: entre o comum e o público. **Anais do XV Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)**. Bauru (SP), junho de 2006. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/midiaerecepcao/textos/2006/mauro_wilton.pdf> Acesso em: 16 de fev. 2008.

SUÁREZ-NAVAZ, L. Lo transnacional y su aplicación a los estudios migratorios: algunas consideraciones epistemológicas” In: SANTAMARÍA, E. (Ed.). **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**, Barcelona: Anthropos, 2008. p. 55-78.

SUÁRES-NAVAZ, L.; MACIÁ PAREJA, R.; MORENO GARCÍA, A. (Eds.) **Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía: Perspectivas críticas desde Europa e Estados Unidos**. Madri, Traficante de Sueños, 2007.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 65-91.

VARELA HUERTA, A. *¿ Por que y para que investigar los movimientos sociales de migrantes? Sobre el agenciamiento político de los sin papeles*. In: SANTAMARÍA, E. (Ed.). **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**. Barcelona: Anthropos, 2008. p. 319-336.

WENDEN, C. W. **Atlas de migrations dans le monde**. Paris, Éditions Autrement. 2005.

Recebido em: 14.05.2009

Aceito em: 30.08.2009